



Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI

Ministério da Justiça – Salão Negro, 19 de junho de 2008

Companheiro Márcio,
Companheiros ministros,
Companheiros da Comissão Nacional de Política Indigenista,
Assessores,

Primeiro, eu penso que seria importante que nós compreendêssemos a razão desta reunião com tanta gente, porque eu poderia vir sozinho, o ministro da Justiça poderia vir sozinho. Por que eu resolvi envolver todos os ministros que têm, direta e indiretamente, alguma coisa com a questão da política indigenista no País? É porque, com o tempo, a gente vai aprendendo a ver o funcionamento da máquina pública brasileira e, com o tempo, a gente vai aprendendo que nem tudo que a gente decide que vai fazer, acontece, e não acontece por várias razões. E cada vez que não acontece, nós encontramos uma desculpa para dizer porque as coisas não acontecem: umas coisas dependem do Congresso Nacional, outras coisas dependem de dinheiro, outras coisas dependem da máquina pública, do Ministério ou do órgão que está tratando do assunto ter a mesma vontade daquele que decidiu, na reunião, fazer. E, às vezes, a coisa pára. Habitualmente, eu ouço um companheiro ministro dizer que uma coisa que nós decidimos fazer há 4 meses não teve sequer uma reunião, porque um ministro diz que não tem tempo de participar da reunião, o outro diz que a agenda está muito ocupada, há sempre um que pode e outro que não pode.

Por isso eu convoquei esta reunião com todo mundo junto, porque



algumas reclamações que foram feitas hoje, eu já tinha ouvido em outros momentos. A última vez foi aqui mesmo, dentro do Palácio do Planalto, quando nós fizemos a reunião no Dia Nacional do Índio. Cada vez que eu ouvia uma reclamação, eu perguntava: “Mas, espera aí. Tal órgão está dizendo que as coisas estão acontecendo, tal órgão está dizendo que está melhorando a política de saúde para o índio, tal órgão está dizendo que está melhorando a política de educação”. Se depender de todas as informações que eu recebo, as coisas estão maravilhosas. E todas as vezes que eu encontro com os companheiros, eles me dizem: “Olha, não está tão maravilhoso assim”.

Aqui, vários companheiros que falaram, fizeram uma constatação delicada. Vários companheiros e o próprio Márcio disseram: “Em vários lugares tem dinheiro mas, por alguma razão, esse dinheiro não chega para atender as necessidades na ponta”. Talvez os convênios com os entes federados não estejam bem-feitos, talvez os prefeitos não estejam bem orientados, talvez a gente não tenha sequer gente nossa para saber se a aplicação do recurso está sendo feita corretamente.

E isso não vale só para a questão, por exemplo, da saúde indígena. Isso vale para o dinheiro da Saúde que vai para os municípios do Rio de Janeiro, para os municípios de São Paulo. Não existe, da parte do governo... Está aqui o ministro Temporão que depois fala um pouco, não sei se ele já foi embora. Muitas vezes não tem controle ou, muitas vezes, não tem fiscalização. Muitas vezes, quando você descobre é porque você pediu investigação da Controladoria-Geral da União, que vai atrás. Mas não tem aquela coisa de você saber: eu passei 5 reais, chegou no final do mês e você viu que os 5 reais apareceram lá. Não tem.

E a gente percebe que, muitas vezes, a própria máquina não conversa entre si. O conjunto de decisões que são tomadas não acontecem no dia seguinte ou no mês seguinte. Uma política de plano de carreira, de reestruturação da Funai ou do Inbra, ou do Ministério da Justiça leva tempo,



porque não é apenas uma reestruturação que nós temos que fazer, às vezes nós temos que fazer 20, 30 ou 40 reestruturações. E quando mandamos um projeto para o Congresso... Há quanto tempo está a reestruturação da proposta da Funai no Congresso Nacional?

_____ : O Congresso Nacional, da reestruturação, foi agora...

Presidente: Depois do (inaudível) do Paulo Bernardo. São dezenas e centenas, e poder-se-ia mandar como medida provisória. Mandamos como projeto de lei, porque o Congresso tem reivindicado que a gente diminua a quantidade de medidas provisórias e mande projetos de lei.

Mas o mais importante para mim, nesta reunião, é saber que nós temos condições de cumprir com aquilo que nós nos comprometemos, e temos um programa para que as coisas sejam cumpridas até 2010.

O que nós precisamos, e isso é experiência que nós temos tido com outros movimentos sociais... É por isso, Márcio, que eu saio daqui convencido de que nós vamos fazer as coisas acontecerem. Eu ouvi aqui queixas sobre a Educação: está boa, mas nem tanto, ou seja, poderia estar melhor. Por que não está melhor? Eu ouvi aqui queixas sobre a Saúde: tem o dinheiro, mas o dinheiro não chega lá. Eu já tinha ouvido essa reclamação em São Gabriel da Cachoeira, naquela visita que fizemos lá, no ano passado.

A questão do aumento da malária. Não tem nenhuma explicação que a gente tenha tido aumento da malária, na medida em que a gente se prontificou a combater isso já há algum tempo. Então, o que está acontecendo? De quem é a falha? Quem cuida da Saúde não é a Funai, quem cuida da Saúde é a Funasa. O que está acontecendo dentro das terras indígenas, que não chegam lá as coisas que nós deliberamos?

Então, esta reunião é um novo marco de atuação conjunta do governo com a Comissão Nacional de Política Indigenista. Tudo o que vocês levantaram



aqui, cada ministro que estava aqui: se está chegando cesta básica ou não está chegando, se está chegando o Bolsa Família ou não está chegando... A partir de agora, todo mundo aqui ouviu o que todo mundo falou, todos nós sabemos quais são os problemas. Em cada Ministério a gente sabe onde é que está o problema. De quanto em quanto tempo vocês têm reunião, Márcio?

_____ : De dois em dois meses.

Presidente: Pois bem, daqui a dois meses, de tudo o que foi levantado agora, nós temos que ter a resposta do que foi feito para melhorar, o que está acontecendo sobre cada assunto, para que a gente transforme cada reunião dessas numa evolução das conquistas e do cumprimento daquilo que nós nos propusemos quando criamos a Comissão Nacional de Política Indigenista.

E isso só é possível se acontecer o que está acontecendo aqui. Eu sei que às vezes é difícil, os ministros têm agenda e quando eu convido, eles são obrigados a desmarcar as agendas. Às vezes a gente faz outras coisas achando que são mais importantes, mas não são mais importantes. Ouvir o que ouvimos aqui é extremamente importante para que a gente tenha noção do que ainda tem que fazer e de como tem que apressar. Muitas vezes, entre dois Ministérios tem problemas. E, às vezes, a culpa não é individualmente de ninguém, é que a rotina de cada Ministério não permite que eles trabalhem como se fosse um relógio.

O PAC, está aí a demonstração, a nossa companheira Erenice... Entre a gente começar a fazer o PAC, no dia 22 de janeiro do ano passado, e concluir a legalização de uma série de projetos, levou um ano e pouco, com problemas seríssimos, e isso acontece em todas as áreas.

Quem está no Ministério sabe, e o Márcio já deve ter aprendido isso muito bem: a gente decide fazer tal medida, aprova uma lei, e quando essa lei é regulamentada no outro órgão do governo, o resultado não é a lei que se



queria aprovar porque na regulamentação não está o que você queria fazer.

Então, nós criamos – até por proposta da companheira Marina, no começo do governo – a palavra “transversalidade”, que é para tentar envolver todos os ministros que estão envolvidos nas políticas, e a gente sair da reunião com cada um sabendo que tem uma tarefa.

Nós aperfeiçoamos isso, companheiros – viu, Márcio? – na relação com a agricultura familiar. Nós conseguimos aperfeiçoar esse sistema. Por quê? Porque eles entregam uma pauta para nós num determinado momento. Aquela pauta envolve, às vezes, 10, 12, 15, 20, 30 ministros. Nós distribuimos aquela pauta para cada ministro e colocamos um ministro como responsável. Depois de 30 dias eles voltam para cobrar a pauta de reivindicação, e nós temos a resposta de cada ministro, com o que aconteceu e o que não pode acontecer.

O que eu quero é instituir aqui, exatamente a mesma metodologia, ou seja, a entrega de uma reivindicação tem que envolver todos aqueles que vão deliberar sobre o assunto, e tem prazo para a gente voltar a se reunir e dizer: foi possível fazer isso, foi possível fazer aquilo.

Lembro que lá em Amambai, na terra dos Guaranis, no Mato Grosso do Sul, faz pelo menos uns seis anos que eu estou pedindo, pelo amor de Deus, para alguém resolver o problema de terra de vocês. Cheguei a propor que a gente comprasse. Se alguém escolhesse uma terra lá, a gente compraria. Quando o Zeca do PT era o governador eu propus para o Zeca, depois propus para o companheiro do Incra, depois propus para o companheiro Guilherme Cassel, e propus, agora, para o novo governador. Nós precisamos resolver o problema das terras indígenas lá do povo de Amambai. É pouca terra para muita gente. Já faz seis anos que a gente quer resolver.

Então, a partir desta reunião agora, as decisões, meu caro Márcio, serão... Os companheiros apresentam a demanda. Dentro de dois meses eu vou querer saber numa reunião com vocês, com o Ministério da Saúde, o que está acontecendo na Saúde, o que foi feito (inaudível), o que vocês fizeram, o



que a Funasa está fazendo lá. Senão, não funciona, senão, a cada dois meses vocês fazem as mesmas reivindicações e a gente não avança. O ideal é que a cada dois meses a gente avance um milímetro, avance um metro, avance alguma coisa, mas que a gente vá sentindo que tem conquistas objetivas.

As coisas são tão complicadas, que nós homologamos a Raposa Serra do Sol em que mês? Abril de 2005. Houve um consenso de que a Raposa Serra do Sol deveria ser homologada de forma contínua, para atender aos interesses dos povos indígenas que moravam lá. Tinha controvérsias dentro do governo. Prevaleceu a idéia de que a gente ia demarcar de forma contínua. Demarcamos, fizemos um programa de ação, aprovamos uma série de coisas que nós íamos fazer, aprovamos outras terras que íamos dar para o estado, aprovamos uma série de coisas, e tomamos a decisão de que nós não iríamos fazer nada que pudesse causar qualquer violência contra quem quer que fosse. Nós queríamos provar que era possível fazer um movimento em que a gente pudesse resolver pacificamente.

Bem, essa coisa foi indo: ação na Justiça, liminar; ação na Justiça, liminar. Até que nós decidimos, depois de tanto, colocamos preço nas terras dos arroteiros para pagar os arroteiros, e muito mais do que valiam, porque nós queríamos que a coisa fosse muito tranqüila, muito pacífica.

Quando nós tomamos a decisão de que “agora é a hora de pagar para ver”, vamos tirá-los e colocar a Polícia Federal para exercer a função, vem a decisão da Suprema Corte, que vai decidir agora. Enquanto estiver na Suprema Corte, o presidente da República não pode fazer nada, a não ser esperar a manifestação do Supremo Tribunal Federal. O que nós queremos? Que aconteça rápido, antes que aconteça qualquer ato de violência mais sério lá, porque não falta quem instigue. Nós sabemos que tem uma parte de pessoas politicamente importantes no estado que é contra a demarcação de terras contínuas, que é contra de verdade e que não faz questão, não tem medo de colocar outdoor me xingando e xingando o governo, todo santo dia,



toda santa hora. Tem gente que quer armar confusão, porque interessa a ele a confusão. Nós queremos fazer a coisa mais tranqüila possível. Por isso, agora eu espero que o Supremo Tribunal Federal tome uma decisão rápida para a gente resolver esse problema e trabalhar com muita tranqüilidade.

Uma coisa que vocês não levantaram aqui, que eu acho que seria importante levantar, é que nós temos mais dois anos e seis meses de governo, e nesses dois anos e seis meses nós temos que resolver tudo o que não foi resolvido em cinco anos. Por isso é que vai exigir muito mais trabalho nosso, por isso é que vai exigir muito mais competência.

Na hora que aprovar a reestruturação da Funai, se a gente deixar todos os técnicos da Funai aqui em Brasília, o problema lá embaixo vai continuar do mesmo jeito. É preciso que a gente tenha noção de que precisamos fortalecer exatamente onde está o problema.

Eu ouço diariamente queixas de Saúde, queixas de Educação, falta de ajuda, de assistência técnica para que as pessoas possam melhor produzir. Nós aprovamos o PAC da Saúde, que era para atender 90% das terras indígenas com água potável e com esgotamento sanitário – nem sei se está aí o companheiro da Funasa... Danilo, como é que está?

_____ : (inaudível)

Presidente: É importante depois vocês pegarem para ir vendo, porque se já tem (inaudível), são 600 terras indígenas, e nós (inaudível) acabamos de fazer tudo isso. O compromisso é de fazer até 2010.

De forma, companheiros, que eu acho que nós temos que avançar. Os ministros aqui sabem, ouviram vocês, cada um aqui ouviu vocês. A pauta de reivindicação de vocês, nós vamos receber, está aqui nesse... Está aqui a proposta. Nós, agora, vamos nos debruçar em torno de cada uma das coisas que vocês colocaram aqui. Cada ministro vai ter que se posicionar... o que está



acontecendo. E, de preferência, nós vamos ter que escolher, aqui, um ministro que seja o coordenador, uma espécie de gestor desse trabalho.

_____ : (inaudível) a Funai.

Presidente: Eu acho que a Funai não tem o peso de ministro para convidar outro ministro, porque depois... Então, eu penso, Tarso, que você deveria aqui, no Ministério da Justiça, assumir o papel de chefe de Conselho Gestor. Nós precisamos, agora, ter a cobrança dos companheiros ministros, em cima de cada um, cada um receber um pacote desses aqui, para que na próxima reunião o governo venha aqui para dizer o seguinte: “De tudo o que foi apresentado, 80% vai ser atendido, 30% não vai ser atendido, ou vai acontecer tal coisa, melhorou na Saúde...”

Eu lembro o inferno que foi quando começou a ter mortalidade infantil lá em Dourados. Mandamos a Funai para lá. Aí a Funai ia, voltava e dizia: “Ah, mas lá é assim mesmo, Presidente, porque lá dizem que a mulher, primeiro, cuida do que está melhor, para depois cuidar do que está pior. Dizem que a mulher primeiro cuida do marido, para depois cuidar do filho gordo, para depois cuidar do magrinho”. Mas não é possível! Aí, mandava outra pessoa. Chegava lá: “Não, Presidente, mas é por que não sei o que lá da cultura deles é assim”.

Até que nós mandamos um mutirão para lá. Acho que foram umas cinco ou seis pessoas de uma única vez, e a gente conseguiu diminuir. Nem o companheiro que estava lá para distribuir alimento, o alimento estava lá, e ele não distribuía. Nem as coisas que a gente tinha, que já estavam lá, eram distribuídas.

Então, Márcio, é preciso criar – eu achei extraordinário esse negócio de você ter criado as subcomissões – mas é preciso que tenha um conselho gestor, para a gente cobrar. Você, que é o presidente da Funai, precisa pegar, das coisas que estão aqui, a cada 15 ou 20 dias, enquanto não houver a



segunda reunião, você vai ter que conversar com todos os ministros e, depois de 15 ou 20 dias, você começa a marcar comigo e falar: “Presidente, tal Ministério avançou, tal Ministério não avançou, tal Ministério aconteceu, tal não aconteceu”. Para que, quando a gente chegar na próxima reunião, a gente já tenha coisas bastante concretas para apresentar.

Aquilo que é o essencial, aquilo em que a gente não poderia falhar, nós não temos o direito de falhar, e não temos o direito de nos dispersar. Ora, se nós temos política de Saúde, temos o dinheiro, temos a decisão de fazer, por que não está acontecendo? Se nós temos a decisão da Educação, de fazer com que chegue nas terras indígenas e para os povos indígenas uma política de educação de qualidade, o dinheiro tem, não é isso (inaudível)? O que está acontecendo? Será que lá embaixo não está funcionando? Quem é que não está funcionando? É o prefeito, é o governador? Quem é que não está funcionando?

Tudo isso nós temos que consertar, companheiros. O que estou fazendo com vocês, agora, estou fazendo com os companheiros do MAB. Eu pedi para o companheiro Luiz Dulci, em nome da Secretaria-Geral da Presidência da República, fazer um levantamento para saber quais as dívidas históricas que a gente tem com o MAB. É verdade que o MAB pode ter gente que seja radical, pode ter gente sectária, pode ter. Mas eu acho que eles têm razão em, pelo menos, 60% ou 70% das coisas que eles reivindicam, porque deve ter dívidas históricas do governo, deve ter dívidas históricas das hidrelétricas brasileiras, do Estado e as privadas, deve ter dívida histórica de alguém que um dia prometeu para eles e não cumpriu. Nós, agora, precisamos começar a fazer esse processo de reparação no nosso País.

Por isso é que eu estou muito, mas muito satisfeito de ter participado desta conversa, para que os ministros ouçam. Todos ouviram, ninguém aqui vai dizer “eu ouvi dizer”, “alguém me disse”. Não, todos nós ouvimos a reclamação, todos nós recebemos aqui uma pautinha, e nós agora temos que



trabalhar em torno dela para que na próxima reunião, Márcio, a gente venha...

Agora, quando faltar alguns dias para a reunião, você precisa marcar com o Cezar Alvarez e com o Tarso Genro, para a gente fazer uma reunião do que aconteceu de avanço em cada área. Aquilo que depender do Congresso Nacional, nem sempre a gente pode resolver, é do Congresso Nacional. Aquilo que depender de uma instância que é independente do Poder Executivo, nós não temos como fazer. Aquilo que depender de dinheiro, se a gente não tiver, também vamos dizer que não tem dinheiro, ninguém vai ficar brincando de dizer que tem o que não tem.

Mas o dado concreto é que nós vamos melhorar e tornar mais civilizada a relação entre vocês e nós, e entre nós e vocês. Não dá mais para ser uma reunião extemporânea, a cada cinco meses, oito meses, nove meses a gente se encontra e vocês (inaudível): “Não aconteceu. Presidente, aquilo não aconteceu”. Vamos resolver.

Então, eu queria agradecer a todos vocês, e já deixar marcada a próxima reunião, já como prestação de contas do governo, do que nós evoluímos a partir desta reunião de hoje. Se a gente não fizer, não vai acontecer mais. Nós temos pouco tempo e temos urgência para fazer isso.

Quero agradecer... Agora, vocês precisam reivindicar uma política de esportes para...

_____ : Tem uma coisa que foi histórica (inaudível), que nós fizemos, pela primeira vez, os jogos (inaudível) conjuntos, Funai-Ministério do Esporte.

Presidente: Eu posso sair daqui com a impressão de que outras coisas são tão boas que vocês não falaram. Por exemplo, política habitacional. Está aqui o Ministro das Cidades.

_____ : (inaudível)



Presidente: Tem outros ministros, aqui, que eu não ouvi vocês falarem: se a cesta básica está chegando, se o Bolsa Família está atendendo as pessoas...

_____: Presidente, eu posso me manifestar? O tempo foi muito pouco para nós. Então, por isso a gente não apresentou as demais, que constam em alguns documentos.

Presidente: Então, o Márcio vai ficar com a incumbência de apresentar. Agora nós vamos sistematizar a conversa com os ministros, para que a gente possa produzir os efeitos que nós queremos que aconteçam no governo.

Então, meus companheiros...

_____: Presidente, a gente tem um documento, aqui, que este senhor aqui vai lhe entregar.

Presidente: Pode me entregar. Dê a volta aí, meu filho.

_____: Presidente Lula, eu também acho importante – porque a Funasa foi muito colocada aqui – dizer algumas das ações que a gente está fazendo, porque é importante que as pessoas saibam. A Funasa, primeiro, não inventou ONG. A Funasa herdou uma política de saúde indígena que não era dela. A Funasa sempre esteve aberta ao contato (inaudível) com indígenas, porque a nossa relação institucional é com o Conselho Fiscal de Saúde Indígena. Foi lá que nós formulamos a autonomia do (inaudível), nós sempre (inaudível) a autonomia do (inaudível). É lá que nós formulamos as nossas políticas.

Hoje a Funasa comprou seis pickups – ontem – mas (inaudível) comprar há dois anos atrás, para (inaudível) para a população indígena. A Funasa



acompanha 28 mil crianças indígenas no País inteiro, através do Sivam. Então, tem vários relatos, aqui, (inaudível) que precisam também ser ditas. Porque, daqui a pouco, dá a impressão que a gente não está fazendo nada, e está sendo feita muita coisa.

Hoje a população indígena cresce 3,6 mais do que a população não-indígena, e mais de 50% da população indígena tem menos de 20 anos de idade, o que demonstra que tem uma política de saúde indígena, porque senão não teria esse crescimento todo que tem aí, é o (inaudível) mais (inaudível) do País.

Então, tem muitas ações que estão sendo feitas. Eu acho que a gente poderia abrir mais a reunião, na próxima vez, para a gente poder, inclusive, apresentar o trabalho que a instituição está fazendo.

Presidente: Exatamente, na próxima reunião. Nós recebemos a pauta e na próxima reunião a gente vem aqui para dizer o seguinte: “Na Educação está sendo feito isso, isso, isso; na Saúde está sendo feito isso, isso, isso. Falta fazer isso, isso, isso. Na habitação falta fazer isso, isso, isso”. A próxima reunião é um encontro entre a pauta dos companheiros, o que foi feito e o que falta fazer para completar as coisas nas nossas políticas para os povos indígenas.

(\$211A)